



Artigo

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652025v30id292535>

O PERFIL DO AVALIADOR NO SISTEMA ARCU-SUL

The profile of peer evaluator in the Arcu-Sul System

El perfil del par evaluador em el Sistema Arcu-Sur

Rogério Dentello¹

E-mail: rogeriodentello@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-5839-0929>

Dilvo Ilvo Ristoff²

E-mail: ristoff.dilvo@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2113-1309>

Resumo: Este artigo delinea e discute o perfil esperado dos profissionais que avaliam os cursos de graduação no Sistema Internacional de Acreditação do Mercosul e Estados Associados, o Arcu-Sul. A partir (a) de definições da literatura especializada, (b) dos princípios estabelecidos pelas Agências Nacionais de Acreditação da Região do Mercosul, (c) da experiência específica do Inep na constituição do seu Banco de Avaliadores do Sistema (Basis) e (d) da observação da performance dos participantes deste processo de avaliação internacional para acreditação de cursos, infere-se que o perfil desejado para os avaliadores, no âmbito da cooperação avaliativa do Mercosul, deve ir além da exigência de notório saber e de experiência na área dos cursos avaliados. Do avaliador do Arcu-Sul, por estar inserido em um processo de avaliação internacional, de natureza cooperativa e solidária, de construção de confiança mútua entre os países e agentes envolvidos, espera-se, além dessas, um rol significativo de outras qualidades, entre elas: familiaridade com os processos avaliativos para fins de acreditação e reconhecimento mútuo; capacidade de adaptação a contextos diversos; boa comunicação nas línguas oficiais do Mercosul; superação de eventuais preconceitos e juízos pré-concebidos e nacionalmente orientados; compromisso inarredável com a agenda de trabalho definida pelas agências acreditadoras; plena consciência das eventuais dificuldades de logística, viagem, hospedagem e hábitos alimentares distintos no país dos cursos sob avaliação; experiência de gestão acadêmica; capacidade para realizar trabalho em equipe; comportamento ético; compromisso com a busca da qualidade, entre muitas outras virtudes.

Palavras-chave: Arcu-Sul; acreditação; avaliadores.

¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, DF, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Abstract: This article outlines and discusses the expected profile of professionals who evaluate undergraduate programs in the International Accreditation System of Mercosul and Associated States, Arcu-Sul. Based on (a) definitions from specialized literature; (b) the principles established by the National Accreditation Agencies of the Mercosul Region; (c) the specific experience of Inep in establishing its Bank of Evaluators (Basis); and (d) the empirical analysis of participants' performance in this international evaluation process for program accreditation, it is inferred that the desired profile for evaluators within the scope of Mercosul's evaluation cooperation must go beyond the simple requirement of expertise and experience in the area of the evaluated programs. From the Arcu-Sul evaluator, as he is part of an international evaluation process, of a cooperative and supportive nature, of building mutual trust between the countries and agents involved, a significant list of other qualities is also expected, qualities such as familiarity with evaluation processes for the purposes of accreditation and mutual recognition; ability to adapt to different contexts; good communication skills in the official languages of Mercosul; overcoming biases and pre-conceived nationally oriented judgments; uncompromising commitment to the work agenda defined by the accrediting agencies; full awareness of possible difficulties in logistics related to travel, accommodation and eating habits in the country of the programs under evaluation; academic management experience; ability to carry out teamwork; ethical behavior; commitment to the search for quality, among many other virtues.

Keywords: Arcu-Sul; accreditation; evaluators.

Resumen: Este artículo esboza y discute el perfil esperado de los profesionales que evalúan carreras de grado en el Sistema Internacional de Acreditación del Mercosur y Estados Asociados, Arcu-Sur. A partir de (a) las definiciones de la literatura especializada, (b) los principios establecidos por las Agencias Nacionales de Acreditación de la Región del Mercosur, (c) la experiencia específica del Inep en la constitución de su Banco de Pares Evaluadores (Basis) y (d) la observación del rendimiento de los participantes en este proceso de evaluación internacional para acreditación de cursos, se infiere que el perfil deseado para los evaluadores en el ámbito de la cooperación evaluativa del Mercosur debe ir más allá de la exigencia de poseer experiencia y especialización en el área de la carrera evaluada. Del par evaluador Arcu-Sur, al estar inserto en un proceso de evaluación internacional, de carácter cooperativo y solidario, de construcción de confianza mutua entre los países y los agentes involucrados, se espera una lista significativa de otras cualidades, entre ellas, familiaridad con los procesos de evaluación con fines de acreditación y reconocimiento mutuo, capacidad de adaptación a diferentes contextos, buena comunicación en los idiomas oficiales del Mercosur, superación de prejuicios y juicios preconcebidos y orientados según las características de su nación, compromiso inquebrantable con la

agenda de trabajo definida por las agencias acreditadoras, pleno conocimiento de las posibles dificultades en logística, viajes, alojamiento y diferentes hábitos alimenticios en el país de los cursos bajo evaluación, experiencia en gestión académica, capacidad de trabajo en equipo, comportamiento ético, compromiso con la búsqueda de la calidad, entre otras muchas virtudes.

Palabras clave: Arcu-Sur; acreditación; evaluadores.

1 APRESENTAÇÃO

Este artigo dedica-se a focalizar o par avaliador, professor especialista devidamente instruído para a função, que é protagonista na atividade de avaliação no Sistema de Acreditação de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados, o Sistema Arcu-Sul. Um olhar sobre o perfil desse profissional é importante para o aprimoramento de um sistema que zela pela manutenção da qualidade na Educação Superior, em termos regionais. A superação dos limites nacionais da avaliação exige uma nova variedade de avaliador, com características interdisciplinares, pois sua atuação não se limita ao conhecimento técnico ou domínio de sua área acadêmica. Este deve se adequar ao idioma, às características sociais e econômicas do local visitado, além de desenvolver um bom trabalho em equipe e ter capacidade de enfrentar a diversidade em suas várias faces.

O regionalista brasileiro Bento usa o termo internacionalismo, que poderia se enquadrar à particularidade do avaliador internacional. Segundo o autor:

O internacionalista atua a partir de uma experiência local, que pode ser um Estado, uma empresa, uma ONG internacional, e identifica as estratégias para a realização dos interesses do grupo que defende no mundo. O internacionalista não é um sem pátria, um sem Estado, sem território e cultura específicos. O internacionalista é um cidadão-profissional localmente situado, com um idioma de origem, uma cultura de origem, mas que alarga seus horizontes de responsabilidade e atuação por razões profissionais ou, também, por razões ideológicas [...] (Bento, 2013, p. 3).

O avaliador, por vezes temido por ter acesso a detalhes de uma instituição, deve ser um observador com olhar crítico, sem, no entanto, incorporar um juiz alheio ao compromisso do processo avaliativo.

Ao atuar como par dos colegas avaliados, o avaliador será os olhos da agência nacional de acreditação, e receberá o voto de confiança do país que representa para fazer uma fotografia do curso que solicita a acreditação regional. Tal acreditação proporciona uma equiparação da qualidade com os melhores cursos dos demais países

integrantes do Sistema Arcu-Sul³, desencadeando uma série de benefícios acadêmicos, científicos e sociais.

Poder-se-ia identificar um bom avaliador na medida em que este consiga adotar o role *playing* com as devidas proporções temáticas, ou seja, colocar-se na posição dos gestores da instituição visitada, dos docentes do curso, dos estudantes e técnicos, pois isso auxilia o avaliador a desnudar-se de uma visão pré-concebida, originada em experiências anteriores. Trata-se de promover o que Scriven (1991) denomina de *bias control* (controle da tendenciosidade). Segundo ele, esse é um elemento crucial da avaliação, mas que “deve ser entendido não como uma tentativa de excluir a influência de visões definitivas, mas como uma maneira de limitar a influência de pontos de vista injustificados, *e.g.*, conclusões prematuras e irrelevantes” (Scriven, 1991, p. 69).

Ainda, o bom avaliador atua com autoridade ética, respeitando o contexto local em que a comunidade acadêmica está inserida, a missão da instituição e sua autonomia, de modo que o rigor da avaliação externa não exclua a possibilidade de imaginação, invenção e flexibilidade mental. Nesse sentido, cabe salientar os princípios do conhecimento pertinente, do filósofo francês Morin (2000, p. 14):

Existe um problema capital, sempre ignorado, que é o da necessidade de promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais. [...] É necessário desenvolver a aptidão natural do espírito humano para situar todas essas informações em um contexto e um conjunto. É preciso ensinar os métodos que permitam estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo em um mundo complexo.

Há um grande número de publicações sobre a avaliação da educação que se debruçam sobre o papel do avaliador, *e.g.*, Nevo (1997), Stufflebeam (2014), Patton (2002), Ristoff (2024). Não é difícil encontrar coincidência entre os autores a respeito desse ente, o corpo de avaliadores, considerado um coletivo plural. A agência, ainda que realize uma boa capacitação – transmitindo todas as orientações aos futuros avaliadores, informando a legislação pertinente, os princípios éticos e os detalhes conceituais dos objetos de avaliação —, não tem garantia que o processo avaliativo corresponderá às expectativas.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que, da mesma forma como os nossos esforços para manter uma vida saudável não garantem um controle absoluto sobre doenças inesperadas que possam nos afligir, os esforços de capacitação dos avaliadores não impedem, de forma definitiva, que intercorrências surpreendentes e negativas surjam durante a avaliação *in loco*.

³ Os países em que o Sistema é hoje operacionalizado são Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile e Colômbia.

Ristoff (2024), com diversas contribuições à literatura sobre o tema, esteve à frente do Banco de Avaliadores do Sinaes e vivenciou, para além da teoria, os desafios da atuação dos avaliadores no cotidiano da grande máquina avaliativa. Em seu livro *Revisitando o Sinaes* (2024), Ristoff discute a preocupação com a qualidade dos avaliadores e apresenta um capítulo focado em falácias, *e.g.*: a) a falácia Harvardiana; b) a falácia homeopática; c) a falácia da Expertise Irrelevante; d) as falácias éticas e o Conflito de Interesses; e) o Efeito Halo; e f) a falácia Intencional, que filosoficamente nos auxiliam a enxergar a realidade do avaliador. Ristoff (2024, p. 160) conclui que:

A confiabilidade de um sistema de avaliação como o Sinaes depende, em grande parte, de sua capacidade de remover ou reduzir os efeitos negativos dessas e outras falácias identificáveis.

Vianna (2014, 1999), ao discorrer sobre a complexidade da avaliação educacional e sobre os desafios para a boa formação do avaliador, traz para a sua criteriosa análise a sua própria experiência enquanto avaliador.

Dias Sobrinho (2007), um dos grandes autores que relacionam teoria e prática avaliativa, discute as bases epistemológicas, demonstrando que é essencial realizar uma contextualização para compreender os diversos caminhos da avaliação e sua adequação temporal. Em sua reflexão sobre os efeitos da avaliação educacional, o autor explicita a avaliação democrática, que valoriza a autoavaliação e a experiência dos indivíduos e destaca a avaliação externa voltada ao interesse da coletividade.

Stufflebeam (2014) realiza uma dissecação do perfil de um avaliador utopicamente ideal. O autor descreve características necessárias ao avaliador, como: competência técnica; imparcialidade e objetividade; ética e integridade; comunicação clara e compreensível; sensibilidade cultural e social; flexibilidade e adaptabilidade; habilidades de gestão e organização.

No mesmo sentido, Scriven (2007) orienta para a elaboração de relatórios de avaliação com base em uma *checklist*, que deve ser revisitada pelos avaliadores ao longo do processo de avaliação, permitindo ajustes conforme novas informações surgem. O objetivo principal é fornecer uma estrutura sistemática para garantir que os avaliadores estejam cientes de todos os aspectos relevantes que devem ser considerados no processo e possam, assim, (a) produzir conclusões mais robustas e bem fundamentadas e (b) ter uma melhor compreensão do impacto e da eficácia da avaliação em curso.

A partir dessas reflexões da literatura especializada, tanto nacional quanto internacional, fica evidente a grande importância que tem sido dada ao papel dos avaliadores na construção de processos avaliativos confiáveis e bem-estruturados. O presente artigo, à luz dessas e de outras considerações de especialistas, devidamente cotejadas com a realidade observada no âmbito do Sistema Arcu-Sul, não pretende elaborar um modelo de qualidades e de comportamento dos avaliadores, mas tão

somente identificar os pontos fortes e fracos relativos ao desempenho dos avaliadores, sugerindo um caminho para o aperfeiçoamento desse importante sistema de avaliação educacional do Mercosul.

2 INTRODUÇÃO

Em 2008, em reunião dos Ministros de Educação (RME) do Mercosul, foi emitida uma resolução estabelecendo as bases do Sistema de Acreditação de Cursos de Graduação nos países sul-americanos. O termo Arcu-Sul, abreviação de *Acreditación Regional de Carreras Universitarias*, passou a designar o alcance da ação desse sistema de avaliação e acreditação.

O Arcu-Sul veio substituir o Mecanismo Experimental de Acreditação (Mexa), criado em 1998, com avaliações ocorridas entre 2002 e 2006. O Mexa foi um sistema pioneiro, com o objetivo de incrementar a integração regional na esfera educacional.

Tabela 1 – Acreditações realizadas pelo Mexa, por ano de emissão do resultado, área acadêmica e país

Ano de emissão do resultado	Área Acadêmica	País						
		Total	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Bolívia	Chile
Total.....		62	14	12	7	8	13	8
2004.....	Agronomia	17	4	3	1	1	3	5
2005.....	Agronomia	1	1	-	-	-	-	-
2006.....	Agronomia	1	-	-	-	-	1	-
	Engenharia	27	6	6	5	5	5	-
	Medicina	7	3	3	1	-	-	-
2007.....	Engenharia	3	-	-	-	1	2	-
	Medicina	3	-	-	-	1	2	-
2008.....	Medicina	3	-	-	-	-	-	3

Fonte: Elaboração própria, a partir de análise das Resoluções de Acreditação (disponíveis em arcusur.org).

A operacionalização do Mexa, isto é, a realização das avaliações *in loco*, deu-se de 2002 até 2006. A tabela acima traz o ano da emissão da Resolução de Acreditação dos cursos que passaram pelo processo.

Integração tornou-se palavra de ordem nas relações internacionais regionais, entre os diversos blocos de países do mundo. O Mercosul, nascido a partir de interesses comerciais mútuos, ampliou sua área de atuação em diversas outras frentes, entre elas a educação, a exemplo do que ocorreu em outras partes do planeta.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do governo federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio de

sua Diretoria de Avaliação da Educação Superior, deixou de atuar exclusivamente no âmbito nacional da avaliação de cursos superiores a partir de 2012, passando a assumir novas frentes de trabalho no exterior, com foco na África, por meio de projeto de colaboração da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, com Cabo Verde, que incluiu a instalação de um sistema de avaliação da educação superior naquele país. Outro exemplo da ação internacional é a progressiva integração com sistemas de avaliação da Rede Iberoamericana para Garantia da Qualidade da Educação Superior (RIACES)⁴.

Na educação superior, no entanto, a participação internacional mais marcante do Inep tem sido no Sistema de Avaliação para Acreditação de Cursos de Graduação do Mercosul e Estados Associados, o Arcu-Sul. Tal sistema foi planejado e acordado entre os países do bloco e se encontra sob contínua autoavaliação para fins de aprimoramento e expansão. São atualmente integrantes do Sistema os quatro membros do Mercosul — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai —, e os países associados Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, embora esses dois últimos ainda não tenham implementado o processo de acreditação em seus territórios. Há, ainda, interesse de outros países em aderir ao Sistema.

Esses países são representados por suas respectivas Agências Nacionais de Acreditação (ANA) e participam periodicamente de reuniões para, entre outras atividades, planejar, definir diretrizes operacionais comuns e capacitar os pares avaliadores que atuarão no âmbito do Sistema Arcu-Sul.

O Sistema prevê, também, a formação dos responsáveis técnicos das Agências Nacionais de Acreditação, cuja tarefa é acompanhar e assessorar os comitês de pares, especialmente nas questões logísticas e na intermediação entre comitê e instituição avaliada. Esse personagem é muito importante para a eficiência do processo avaliativo, dado que os avaliadores são liberados das tarefas administrativas no período preparatório e durante a visita à instituição. Além disso, o responsável técnico realiza a avaliação dos avaliadores, permitindo à Rana conhecer o nível de comprometimento ético e profissional de seus colaboradores.

Os procedimentos do Sistema ainda preveem instruções para as instituições que candidatam seus cursos para a acreditação, para que realizem sua autoavaliação e compreendam globalmente o processo.

A Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana) é a instância de decisões e administração do Sistema, e se reúne ao menos duas vezes por ano. O anfitrião das reuniões é sempre um dos quatro países membros do Mercosul, de acordo com a Presidência Pro-Tempore prevista no bloco, que tem duração de seis meses. A rotatividade se dá em ordem alfabética: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

⁴ A participação do Brasil na Riaces, iniciada em 2004, merece detalhamento, e será objeto de outro documento.

A única instância administrativa da Rana é sua secretaria, que também é gerida em forma de rodízio entre os membros, porém com mais tempo: dois anos. Cabe à secretaria zelar pelo cumprimento do que foi acordado nas reuniões da Rana, além de gerenciar a documentação e as informações da rede.

O sistema de acreditação não é universal, pois apenas algumas áreas acadêmicas fazem parte do processo avaliativo. Até 2018, eram sete titulações: Agronomia, Arquitetura, Enfermagem, Veterinária, Engenharia, Medicina e Odontologia. Em 2019, foram incorporadas Farmácia, Geologia e Economia.

Tabela 2 – Acreditações realizadas no Arcu-Sul entre 2009 e junho de 2024

Ano	País								
	Total	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Bolívia	Chile	Colômbia	Venezuela
Total.....	587	110	99	39	47	172	25	79	16
2009	15	12	-	-	3	-	-	-	-
2010	29	15	-	5	2	-	-	-	7
2011	54	9	-	12	8	10	-	6	9
2012	48	3	-	-	1	34	10	-	-
2013	58	9	49	-	-	-	-	-	-
2014	21	3	15	-	-	-	-	3	-
2015	13	1	12	-	-	-	-	-	-
2016	14	7	4	-	3	-	-	-	-
2017	56	35	-	5	1	6	2	7	-
2018	59	7	-	12	2	18	5	15	-
2019	88	2	8	-	11	59	8	-	-
2020	3	-	-	2	-	1	-	-	-
2021	5	-	-	3	2	-	-	-	-
2022	86	-	-	-	12	26	-	48	-
2023	26	7	-	-	1	18	-	-	-
2024	12	-	11	-	1	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponíveis em arcusur.org.

Convém ressaltar que a Venezuela chegou a participar do Sistema antes de ser suspensão do Mercosul em 2017, o que explica seus 16 cursos acreditados à época.

3 REALIDADE BRASILEIRA

Apesar de lançado no ano de 2008, com o Acordo sobre a Criação e Implementação de um Sistema de Acreditação de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica de suas Respectivas Titulações no Mercosul e Estados Associados, assinado pelos Ministros de Educação, o Sistema Arcu-Sul não foi efetivado imediatamente no Brasil.

A Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC chegou a conduzir as ações de avaliação de 12 cursos entre 2004 e 2006, durante a vigência do Mexa (antecessor do Arcu-Sul), enquanto o Conselho Nacional da Educação (CNE) figurava como representante do Brasil. A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) representou o país na Rana a partir de 2006; no entanto, não dispunha de recursos humanos nem financeiros para realizar avaliações, tendo sido designada para estabelecer os critérios a serem utilizados para o funcionamento do Sistema Arcu-Sul no Brasil. Portanto, apenas em 2012 as avaliações para acreditação pelo Arcu-Sul puderam ser executadas, quando foram assumidas pelo Inep.

A atribuição dada à Conaes foi concretizada no decorrer do primeiro semestre de 2012, por meio de reuniões de seus representantes com a equipe técnica do Inep. Depois disso, todas as atividades do Sistema foram incorporadas pelo Inep, considerando que a implementação do processo exigiu contínua análise e definição de procedimentos detalhados de avaliação.

A partir das primeiras atividades de visita para acreditação de cursos pelo Arcu-Sul, o Brasil viu-se diante da necessidade de se equiparar aos outros países no cumprimento das metas do ciclo avaliativo — considerando que Agronomia e Arquitetura já haviam passado por avaliação nos outros países. O Brasil ainda se deparou com a “desvantagem” de ter um número maior de cursos inscritos para acreditação. Apesar disso, foi possível realizar, em apenas seis meses, visitas para avaliação de 28 cursos de Agronomia e Arquitetura, além de sete cursos das áreas posteriores — Engenharias, Medicina Veterinária e Enfermagem.

O planejamento das avaliações foi realizado pelo Inep com base em sua experiência no sistema de avaliações nacionais, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Na implementação do Arcu-Sul, a solução utilizada pelo Inep foi o sistema eletrônico e-MEC, criado para subsidiar a tramitação e operacionalização dos processos no Ministério da Educação. A experiência positiva do Inep, alcançada nas avaliações nacionais, foi adaptada para as creditações Arcu-Sul. Grande parte da tramitação dessas avaliações internacionais se deu por meio do sistema eletrônico.

A participação dos cursos no processo do Arcu-Sul é voluntária. As Agências Nacionais de Acreditação estabelecem pré-requisitos para a seleção dos cursos. Uma vez acreditado, o curso tem a qualidade equiparada à dos outros cursos do bloco sul-americano que tenham passado com sucesso pelo processo de acreditação, com validade de seis anos.

No Brasil, os procedimentos para a realização da avaliação para fins de acreditação, após a fase de seleção do curso, composição da autoavaliação e verificação da documentação, iniciam-se com a avaliação preliminar, aproximadamente 30 dias antes da visita ao curso, com a designação dos professores avaliadores e disponibilização dos documentos da instituição ao comitê de pares. A

visita dura cinco dias⁵, de segunda a sexta-feira, com chegada à cidade do curso no domingo e retorno no sábado. O comitê é composto por quatro membros: um professor brasileiro, que será o coordenador do comitê, dois professores estrangeiros, de países diferentes, e o responsável técnico.

A avaliação resulta em um relatório preliminar, anterior à visita, que os professores fazem com base na documentação enviada pelo curso candidato, e em um relatório final, correspondente à verificação *in loco*. O documento considerado oficial pela Rana é a Resolução de Acreditação, de caráter público, que contém as informações da avaliação e o parecer final da instância superior que concede a acreditação ao curso.

4 PERFIL ESPERADO DO PROFISSIONAL AVALIADOR

O Manual de Procedimentos do Sistema Arcu-Sul deixa claro o entendimento de que experiência docente, experiência em gestão acadêmica e domínio dos aspectos técnicos da avaliação são fatores muito úteis para um par avaliador. Da mesma forma, desenvoltura com idiomas estrangeiros, capacidade para trabalhar em equipe são consideradas qualidades facilitadoras no processo, enquanto virtudes como paciência e respeito são fundamentais para o transcurso de uma tranquila semana de convivência dos avaliadores. Diante desse entendimento, as capacitações em nível nacional e regional buscam enfatizar essas qualidades desejadas.

O *Manual de Procedimientos del Sistema* (Setor Educacional do Mercosul, 2023, p. 13) enfatiza que:

Los Pares Evaluadores son destacados expertos provenientes de la comunidad académica y universitaria o del campo profesional, que cuentan con una reconocida trayectoria docente, científica y en gestión académica equivalente a la desarrollada por la carrera en acreditación. [...] De acuerdo a las directrices definidas por la Rana para el Sistema ARCU-SUR, para integrar el Registro de Pares, los candidatos deberán ser docentes universitarios del más alto nivel académico nacional y con capacidad de comunicación en los idiomas oficiales del MERCOSUR y haber participado de las actividades de capacitación establecidas a nivel nacional y regional por el Sistema ARCU-SUR.

Dispõe-se, em nossa região, de docentes com alto nível acadêmico, fato que proporciona o húmus necessário para a formação de pares avaliadores.

Existem também outras características mais específicas que são esperadas do avaliador, como: ao menos 10 anos de docência; titulação mínima de mestre; comprovada experiência em gestão, participação em processos de avaliação e tempo dedicado à pesquisa. O banco de avaliadores do Sistema hoje existente mostra que

⁵ Cada ANA tem autonomia para determinar o tempo de duração da visita, de acordo com a legislação e regulamentação local.

esse conjunto de requisitos não é homogêneo entre os envolvidos (há os mais dedicados à docência, os mais experientes na esfera administrativa e os mais empenhados em diferentes linhas de atuação da profissão, nas quais a área de formação influencia significativamente etc.). Essa variedade tem se mostrado desejável, à medida que enseja a troca de experiências, com pontos de vista que auxiliam no grande objetivo do processo avaliativo: a integração.

A capacidade de comunicação nos idiomas oficiais de trabalho do Mercosul (português e espanhol) também é solicitada. Esse, talvez, seja um dos maiores desafios do trabalho dos pares avaliadores enquanto aferição da qualidade do curso. Analisar a documentação de uma instituição em outro idioma, certamente cheia de termos técnicos e abreviações, é tarefa que exige mais energia do que normalmente seria necessário. Mesmo servindo-se de ferramentas de tradução, o professor fica sempre inseguro quanto à exatidão das informações. Durante a visita, a comunicação entre os pares é amenizada pela possibilidade de se usar palavras mais simples. Nas entrevistas e reuniões, porém, se o estrangeiro não tem habilidade com o idioma, dependerá do par nacional para chegar às conclusões avaliativas. Uma declaração corriqueira dos professores estrangeiros que já realizaram avaliações no Brasil é o lamento de não dominar o idioma local, pois não podem colher as nuances dos fatos declarados.

O trabalho em equipe na atividade avaliativa do Arcu-Sul depende muito da capacidade humana de adaptação dos professores. A agenda de visita tem uma programação intensa, do primeiro ao último dia, e os professores são auxiliados pelo responsável técnico a permanecerem concentrados no cumprimento dessa agenda. Isso exige de cada membro um comportamento bastante disciplinado, ao mesmo tempo em que é necessário liberar-se de juízos pré-concebidos, especialmente nos momentos de discussão para elaboração do relatório. A pontualidade, a organização e a disponibilidade são essenciais.

Condições físicas são fatores que podem influenciar no perfil ideal do avaliador. A viagem à cidade do curso pode ser exaustiva, assim como as visitas às instalações ou o próprio tempo dedicado ao preenchimento do relatório de avaliação, que pode ser longo. Além disso, estrangeiros defrontam-se com hábitos alimentares diferentes dos seus, e nem sempre o hotel em que se hospedam oferece as melhores condições de conforto. Diante disso, os gestores do Sistema têm orientado os avaliadores a verificarem as exigências logísticas da avaliação, para que não tenham surpresas e não causem dificuldades à própria equipe.

Como dito anteriormente, o Sistema passa por constante autoavaliação a fim de otimizar os trabalhos e atingir a excelência almejada na aferição da qualidade dos cursos de graduação. Dessa forma, também os avaliadores que apresentarem comportamento contrário ao perfil esperado para avaliações Arcu-Sul terão menor prioridade para as designações. Durante o *Taller Regional para Capacitación de Pares*

y *Técnicos del Sistema ARCUSUR*, realizado em agosto de 2013 em Bogotá, Colômbia, os países-membros estavam de acordo que é necessário verificar o perfil do avaliador.

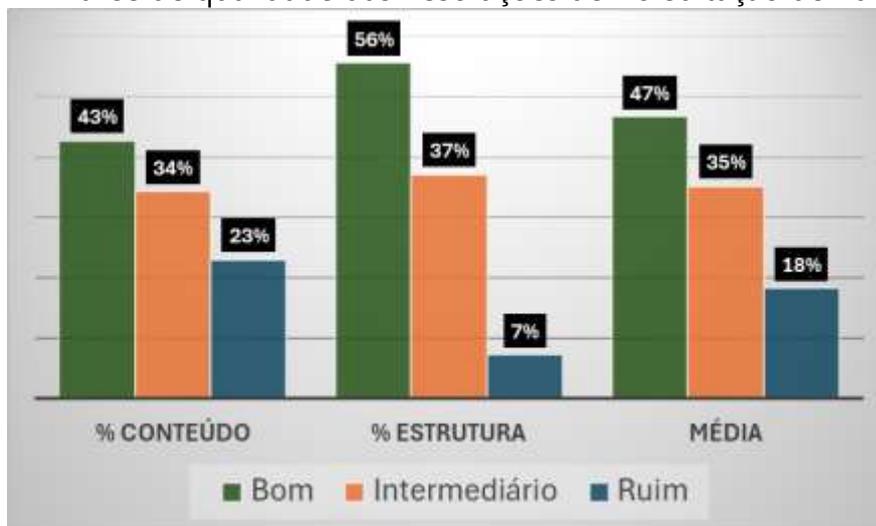
Para se chegar à conclusão se o avaliador possui ou não o perfil adequado, são consideradas as ações do professor em relação ao trabalho, o relacionamento com os colegas, sua capacidade de trabalhar em equipe, seu empenho em se adaptar às condições apresentadas, esforço em compreender o idioma do outro e fazer-se entender, capacidade de submeter-se à programação acordada, além de outros aspectos. Essa análise indicará se o avaliador atende às exigências do Sistema, ou se apresenta dificuldades que não justificam a continuidade de sua participação. Os meios de análise são as observações feitas pelo responsável técnico e pela instituição visitada.

Os avaliadores são treinados em oficinas de capacitação regionais estabelecidas na Rana e organizadas por um ou mais países-membros. Há, também, treinamento de modo contínuo, por meio das orientações do responsável técnico, de encontros realizados presencialmente ou por módulos a distância, bem como pelos procedimentos definidos pela Agência Nacional. Além disso, há orientações para capacitação continuada por meio de sistemas eletrônicos, como o *Moodle*, que podem ser acessados com senha personalizada, criada para cada avaliador.

A formação dos pares avaliadores nos respectivos países é uma questão a ser desenvolvida. Percebe-se que até o momento não existe uniformidade nos assuntos abordados, tampouco aprofundamento em questões sensíveis, como a contextualização da instituição visitada, a inserção do curso no meio social de sua região ou, ainda, a prejudicial comparação entre a instituição visitada e a instituição de origem do par avaliador.

A construção dos relatórios do processo de acreditação é, sem dúvida, uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas agências que zelam pela qualidade de suas produções. Um estudo encomendado pelo Inep realizou uma análise detalhada de todas as Resoluções de Acreditação do período de 2010 a 2020 (404 documentos), e as conclusões apontaram diversas incoerências nos relatórios de visita, seja no conteúdo, seja na estrutura definida pela Rana, demonstrando uma fragilidade no processo. Tal estudo permitiu à Rede tomar providências para o enfrentamento desse problema.

Figura 1 – Análise de qualidade das Resoluções de Acreditação de 2010 a 2020



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que, no que se refere ao conteúdo, os relatórios, devido às omissões e incoerências detectadas, não foram considerados bons em 57% dos casos. Além disso, em 44% dos casos, as agências nacionais, que são responsáveis pela produção da Resolução de Acreditação, não respeitaram a estrutura definida pela Rana. Tais constatações passaram a exigir ações corretivas por parte de todas as agências nacionais envolvidas.

No entanto, a crítica mais contundente tem como alvo o complexo de superioridade de alguns avaliadores. O ar de fiscalização, de arrogância ou de assédio, por vezes identificado nas avaliações *in loco*, gera um dano enorme ao processo, incluindo a falta de credibilidade no Sistema. Por se tratar de característica do comportamento humano, envolvendo baixa autoestima e a constante necessidade de reconhecimento de suas qualidades por terceiros, isso impede que esses indivíduos emitam pareceres independentes. Dada a complexidade desse transtorno de comportamento, os programas de capacitação nem sempre conseguem trabalhar esta questão de modo a mitigar os seus efeitos danosos.

Espera-se que os pares avaliadores tenham em mente os princípios orientadores do Arcu-Sul, definidos no Plano de Ação 2021- 2025 do Setor Educacional do Mercosul [n.p.]:

- a) Confiança, para fortalecer o vínculo entre os países, buscando desenvolver convicções que favoreçam as atividades e futuros programas conjuntos;
- b) Respeito e consenso na busca do entendimento e a mútua conveniência;
- c) Solidariedade, para permitir a continuidade das ações mesmo diante de um quadro de situações adversas que algum país possa enfrentar;

- d) Cooperação, levando em consideração as diferenças e favorecendo o intercâmbio, a assistência técnica e a cooperação.

Com base na análise empírica do desempenho dos avaliadores em campo, podemos detalhar, no quadro seguinte, alguns episódios ligados ao perfil desses avaliadores.

Quadro 1 – Análise da performance dos avaliadores

Fatos	Análise
Avaliação nº 1: Avaliador 1 foi muito lento na análise documental e abusou de sua função de coordenador, comportando-se como "chefe". Avaliador 2 reclamou das condições de conforto, exigiu atenção especial na reorganização de viagem de retorno, demonstrou pouco interesse no trabalho, realizou as atividades (tanto preliminar quanto <i>in loco</i>) com pouco empenho e de maneira apressada, e organizou atividade pessoal durante a visita, da qual se ausentou por várias horas. Avaliador 3 já havia participado de outra avaliação, ficou nervoso com o coordenador, fez o trabalho relativamente rápido, porém sem profundidade.	A característica geral desse comitê foi a falta de integração entre os membros; não houve tentativa de se chegar a um bom relacionamento, e o desentendimento foi crescente até o último dia. Coube ao responsável técnico dedicar grande parte do tempo tentando amenizar o clima ruim entre os professores, comprometendo assim o seu trabalho de orientação e coordenação logística.
Avaliação nº 2: Avaliador 1 estava inseguro por ser mais jovem que os pares, e, por esse motivo, não conseguiu coordenar adequadamente, apesar de ser muito competente na área e experiente em avaliações nacionais. Apresentou características que auxiliaram muito no bom andamento do processo: rapidez na digitação de dados, domínio da língua portuguesa ⁶ , esforço em comunicar-se com os colegas de língua espanhola. Durante o preenchimento dos informes no sistema, deu diversas sugestões ao responsável técnico para aprimoramento do sistema eletrônico. Avaliadores 2 e 3 em sua primeira experiência no Brasil, ambos muito empenhados na avaliação e satisfeitos com a estrutura da instituição visitada.	Um dos únicos pontos negativos nessa avaliação foi o excesso de tempo dedicado às discussões (falta de capacidade de síntese), o que levou ao atraso do preenchimento do formulário de avaliação.
Avaliação nº 3: Avaliador 1 sem domínio na língua portuguesa, fato que levou o responsável técnico a revisar todo o relatório. Avaliadores 2 e 3 mais experientes que o coordenador; apesar disso, respeitaram a sua posição, gerando assim um clima de compreensão que possibilitou o bom andamento dos trabalhos.	A dificuldade com a língua portuguesa por parte do par nacional é um fator crítico, que pode levar à exclusão do Banco de Avaliadores.
Avaliação nº 4: Avaliador 1 em sua primeira experiência no Arcu-Sul, mas com domínio da área avaliada, grande	Nessa ocasião, o processo foi colocado em risco diante da possibilidade de ocorrência

⁶ Infelizmente, nem todos os professores brasileiros têm domínio gramatical ou ortográfico da língua portuguesa.

<p>capacidade de trabalho em equipe e de coordenação sem imposição. Avaliadores 2 e 3 experientes, mas um deles trouxe preocupação à equipe ao tomar a iniciativa de fazer passeios pela cidade nos horários de intervalo. Em uma das vezes ele se perdeu, e foi necessário mobilização para encontrá-lo na cidade.</p>	<p>de algum incidente com o membro da equipe. Depreende-se dessa experiência a necessidade de os avaliadores estarem atentos e respeitosos às orientações do responsável técnico.</p>
<p>Avaliação nº 5: Avaliador 1 trouxe problemas à equipe, por alguns motivos: fazia intervalo a cada meia hora, declarou incapacidade de trabalhar em equipe, lentidão no preenchimento do formulário, falta de entrosamento com os outros professores, tomada de decisões unilaterais. Professores 2 e 3 sem o mínimo conhecimento da língua portuguesa, o que impediu sua participação mais ativa nas entrevistas e análise documental. Além disso, um dos avaliadores não tinha conhecimentos básicos de informática, deixando-o ainda mais apartado.</p>	<p>Foi necessária uma atuação mais incisiva do responsável técnico a fim de manter o controle mínimo necessário para levar a cabo a avaliação. O que mais surpreendeu foi o fato de o avaliador nacional ser um professor muito considerado no meio acadêmico por sua competência na área. Isso comprova que não basta ser um excelente docente para ser um excelente avaliador Arcu-Sul.</p>
<p>Avaliação nº 6: Avaliador 1 com importante histórico acadêmico como docente e orientador de doutorandos. Desde a formação da comissão avaliadora, demonstrou forte ansiedade e postura autoritária, trazendo dificuldades para a organização das atividades. Marginalizou o responsável técnico, impedindo-o de participar de todas as reuniões do comitê e de ter acesso à prévia do relatório de visita. Avaliadores 2 e 3 (estrangeiros) cederam à condução do avaliador 1, que dominava o idioma por ter origem latina.</p>	<p>Essa avaliação resultou em um péssimo relatório de visita, com incoerências entre a recomendação e a justificativa apresentada, falta de clareza e demasiados erros gramaticais. Foi a “cereja do bolo” de um processo marcado pela falta de observância às características básicas, como o respeito mútuo, além da desobediência aos procedimentos estabelecidos no Arcu-Sul.</p>

Fonte: Elaboração própria.

5 AVALIAÇÃO FEITA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Dados do Inep revelam a observação realizada pelos responsáveis técnicos sobre alguns pontos gerais do comportamento esperado dos avaliadores. Para este artigo, foram extraídas informações de 32 equipes de avaliação que atuaram no Brasil entre 2023 e 2024, a respeito de conhecimento do idioma estrangeiro, conhecimento de informática, capacidade de trabalho em equipe e respeito aos procedimentos. Adicionalmente, foram encontradas, nas anotações dos responsáveis técnicos de algumas comissões, informações sobre proatividade, pontualidade e empatia. As figuras a seguir demonstram a nota média dos três avaliadores de cada comissão (a pontuação máxima é 5).

Tabela 3 – Análise da performance de 32 comissões de pares avaliadores que atuaram entre 2023 e 2024 no Brasil

Código da comissão	Conhecimento do idioma estrangeiro	Conhecimento de informática	Capacidade de trabalho em equipe	Respeito aos procedimentos	Proatividade	Pontualidade	Empatia
Média	3,73	4,60	4,73	4,85	4,51	4,69	4,87
1	3,67	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
2	3,67	3,67	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
3	5,00	5,00	5,00	5,00
4	3,67	5,00	5,00	5,00	4,00	5,00	5,00
5	3,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
6	3,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
7	2,33	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
8	3,67	5,00	4,33	5,00	4,33	4,33	5,00
9	3,67	4,33	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
10	3,67	4,33	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
11	5,00	5,00	3,67	3,67	5,00	5,00	3,67
12	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
13	4,33	5,00	5,00	5,00	4,33	5,00	5,00
14	1,00	3,67	4,33	5,00	3,00	...	4,33
15	5,00	4,33	5,00	5,00
16	3,00	3,00	3,67	4,33	1,00	2,00	4,00
17	3,00	3,67	3,67	3,67	3,67	3,67	5,00
18	2,33	5,00	3,00	5,00
19	3,67	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	...
20	3,67	5,00	5,00	4,33
21	4,33	3,67	5,00	5,00	5,00	4,33	5,00
22	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
23	3,00	4,33	5,00	5,00
24	3,67	5,00	5,00	4,33	5,00	5,00	5,00
25	5,00	5,00	5,00	5,00
26	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	...	5,00
27	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	...	5,00
28	3,00	5,00	5,00	5,00	5,00	...	5,00
29	3,00	5,00	5,00	5,00	5,00
30	3,00	4,33	5,00	5,00
31	5,00	5,00	3,67	5,00	3,00	...	5,00
32	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Inep.

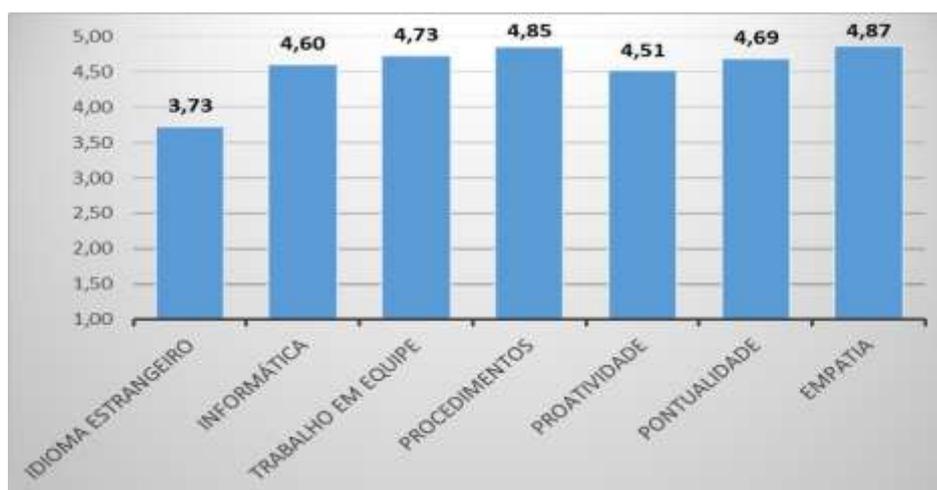
Depreende-se da tabela acima que:

- apenas 28% das comissões tiveram nota máxima no quesito conhecimento do idioma estrangeiro. Note-se que a exigência não é fluência no idioma, mas capacidade de comunicação com os pares;
- no item conhecimento de informática, a maioria das comissões obteve nota máxima. Apenas 34% das comissões estiveram abaixo de 5;
- em relação à capacidade de trabalho em equipe, somente 7 comissões não tiveram a performance ideal sob esse aspecto;
- em quase todas as comissões, a atenção aos procedimentos foi excelente. É possível concluir que o trabalho em equipe contribui para a conformidade com as diretrizes fornecidas na formação;
- a proatividade foi mensurada em apenas 24 comissões. A maioria delas (71%) chegou ao conceito máximo. É provável que esse seja um aspecto de difícil percepção por parte dos responsáveis técnicos, devido ao curto período de

- interação durante a visita e ao fato de os avaliadores estrangeiros participarem remotamente, por videoconferência;
- f) assim como no item anterior, o nível de pontualidade dos integrantes das comissões foi registrado em poucas equipes. Dentre as 18 avaliadas, uma se destacou por obter conceito muito baixo, o que reflete preocupação. De fato, essa comissão teve notas baixas em todos os quesitos (3,00; 3,00; 3,67; 4,33; 1,00; 2,00; 4,00), chegando à menor média da amostra (3,00); e
- g) em termos de empatia, 20 de 23 comissões tiveram nota máxima. Apenas 3 ficaram entre 3,67 e 4.

Se desejarmos realizar um *ranking* dos itens observados, teremos: 1º Empatia (4,87); 2º Respeito aos procedimentos (4,85); 3º Trabalho em equipe (4,73); 4º Pontualidade (4,69); 5º Conhecimento de informática (4,60); 6º Proatividade (4,51); 7º Capacidade de comunicação no idioma estrangeiro (3,73).

Figura 2 – Média da pontuação das comissões por critério de análise



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Inep.

6 CONCLUSÃO

Embora os dados demonstrem que, em vários dos quesitos acima, os avaliadores obtiveram avaliações satisfatórias, a Rede de Agências Nacionais não pode abdicar de sua prerrogativa de garantir a melhor avaliação possível, o que significa também buscar o atendimento rigoroso e pleno a todos os componentes do perfil desejado. Em outras palavras, há que se buscar o perfil ideal e não apenas uma média satisfatória de desempenho, mesmo que isso possa ser difícil. Poder-se-ia temer a conclusão de que não há avaliador que consiga acumular todas as características desejadas ou ainda as descritas por Stufflebeam (2014) e outros célebres autores. Porém, o que esses autores argumentam é que a boa avaliação sempre dependerá de

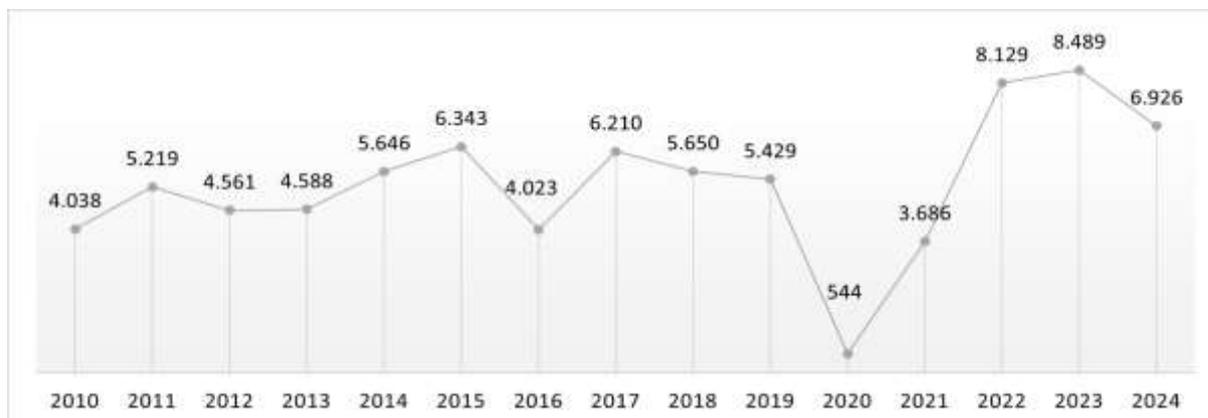
bons avaliadores e que buscá-los e capacitá-los deve ser uma meta inarredável de todos os processos que zelem pela utilidade, viabilidade, exatidão, propriedade e responsabilização da avaliação, como bem estabelece o *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*.

Restringindo-se ao par avaliador do Arcu-Sul, as suas competências, que estão claras no Manual de Procedimentos do Sistema, somadas às virtudes delineadas neste artigo, constroem, aos poucos, um corpo de avaliadores realmente capaz de aferir a qualidade dos cursos de graduação de nossa região latina.

Desde 2012, já ocorreram diversas avaliações do Arcu-Sul no Brasil. Naturalmente, as primeiras experiências foram mais difíceis, pois era uma atividade totalmente nova para o Inep, que, por sua vez, contava com uma equipe de servidores também nova, oriunda de um concurso público recente. A internacionalização não era prioritária para o órgão, devido ao grande volume de ações em âmbito nacional.

Assumir o Arcu-Sul foi, no entanto, mais uma adequação de procedimentos do que a criação de novos. Em se tratando do assunto central deste artigo, o perfil do avaliador, o Inep já enfrentava o desafio do aprimoramento de seu corpo de avaliadores, integrantes do banco de avaliadores do Sinaes.

Figura 3 – Quantidade de avaliações finalizadas por ano pelo Sinaes



Fonte: e-MEC/Inep

Entre 2010 e 2019, registra-se uma média de 5 mil avaliações por ano pelo Sinaes, todas realizadas presencialmente. Isso implicou a mobilização de milhares de avaliadores (dois para cada avaliação de curso e três para cada avaliação institucional). Com a crise sanitária trazida pela Covid-19, as atividades presenciais foram interrompidas, resultando na realização de apenas 10% das avaliações previstas para o ano de 2020.

Com a implementação da avaliação virtual em 2021, foi possível dar vazão aos processos que estiveram represados. Essa metodologia obrigou o Inep a desenvolver uma nova capacitação aos avaliadores, agora acrescentando elementos relacionados à virtualidade e à ética no trabalho remoto.

Assim, é importante guardar as devidas proporções entre o sistema nacional brasileiro e o Arcu-Sul. Como já citado anteriormente, a quantidade de cursos de graduação no Brasil é muito superior aos demais países do bloco latino-americano. O corpo de avaliadores brasileiro chega hoje a seis mil integrantes, e garantir o perfil ideal para esses avaliadores requer muito mais esforço, pela impossibilidade de acompanhamento pessoal.

A possibilidade de análise da performance dos avaliadores do Arcu-Sul traz benefícios para o planejamento nacional. Com a verificação de pontos positivos e negativos dos pares avaliadores, pode-se incrementar a formação ofertada aos avaliadores nacionais, mesmo que mediante supervisão amostral de sua performance.

A coesão adquirida ao longo dos anos entre as agências integrantes da Rana tem garantido um processo de melhoria constante na formação dos pares avaliadores. A capacitação, antes realizada totalmente no modo presencial, passou a ser virtual, com a construção de salas de formação teórica e prática, por meio de exercícios e atividades síncronas. Isso garantiu formação a um número maior de candidatos dos diversos países.

Recentemente, uma decisão na Rana implementou as visitas na modalidade híbrida, em que o avaliador nacional e o responsável técnico estão presentes fisicamente na instituição, enquanto os pares estrangeiros participam de maneira virtual. Isso trouxe grande economia ao processo e eliminou dificuldades logísticas.

Essa iniciativa trouxe vantagens, mas também novos desafios, como a necessidade de um perfil de avaliador com capacidade tecnológica suficiente para acompanhar visitas virtualmente, acessar pastas eletrônicas, fazer reuniões virtuais, trabalhar em documentos compartilhados e comunicar-se com clareza.

Assim, percebemos que o perfil ideal do avaliador é também dinâmico, sendo necessário estar disposto e disponível às mudanças. Permanecem, no entanto, itens fundamentais esperados para os avaliadores internacionais: experiência acadêmica, conhecimento de processos avaliativos, resiliência, respeito e ética.

Confrontando a vasta literatura disponível — e suas coincidências em relação aos atributos necessários aos avaliadores — com a prática observada na operacionalização do Arcu-Sul e os estudos sobre os relatórios de avaliação, pode-se inferir que a eficácia do avaliador é dependente de múltiplos fatores, incluindo os que integram a sua personalidade e cultura. É possível que se possa construir um curso de capacitação extremamente detalhado, prevendo muitas situações diferentes e simulações com a devida devolutiva aos participantes. Isso poderia garantir um perfil potencialmente ideal — se desconsiderarmos as mazelas da falta de ética — antes do complemento formativo que é a experiência *in loco*.

Merece discussão a sugestão de que há características muito importantes para o par avaliador do Arcu-Sul, em especial as propostas no presente artigo. A melhoria do processo avaliativo pode ser alcançada com uma abordagem que considere as

diferenças culturais e assegure o respeito aos contextos locais, nos moldes da inculturação.

REFERÊNCIAS

BENTO, F. R. **O Internacionalismo da unidade de Chiara Lubich e movimento dos Focolares**. 2013. Disponível em: <https://1library.org/document/q5n90d7q-internacionalismo-da-unidade-chiara-lubich-movimento-dos-focolares.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2007.

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **Standards for evaluations of educational programs, projects, and materials**. New York: McGraw-Hill, 1981.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NEVO, David. Avaliação por diálogos: uma contribuição possível para o aprimoramento escolar. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 1997, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Inep, 1997. p. 89-97. Tema: Identificação e discussão dos novos desafios e tendências da avaliação educacional. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/anais_do_seminario_internacional_de_avaliacao_educacional_rio_de_janeiro_1_a_3_12_1997.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002.

PATTON, M. Q. **Utilization-focused evaluation**. London: Sage Publications, 2001.

RISTOFF, D. I. **Revisitando o SINAES**. Florianópolis: Insular, 2024.

SCRIVEN, Michael. **Evaluation thesaurus**. Newbury Park: Sage, 1991.

SCRIVEN, Michael. **Key evaluation checklist**. The evaluation center. Western Michigan University, fev. 2007. Disponível em: <https://files.wmich.edu/s3fs-public/attachments/u350/2014/key%20evaluation%20checklist.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2024.

SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL. **Plano de Ação 2021- 2025**. [2021?]. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/temas/educacao/planos-de-acao>. Acesso em :16 abr. 2024.

SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL. **Sistema Arcu-Sur**: manual de procedimientos del sistema, 2023. Disponível em: https://www.arcusur.org/?page_id=184. Acesso em 16 abr. 2024.

STUFFLEBEAM, D. L.; CORYN, C. L. S. **Evaluation theory, models, and applications**. San Francisco: Jossey-Bass & Pfeiffer Imprints, Wiley, 2014.

VIANNA, H. M. Avaliação educacional: problemas gerais e formação do avaliador. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 60, p. 74–84, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/3313>. Acesso em: 16 maio 2025.

VIANNA, H. M. Avaliação e o avaliador educacional: depoimento. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 20, p. 183–205, 1999. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2240>. Acesso em: 16 maio 2025.

Contribuição dos autores

Dilvo Ilvo Ristoff — atuou majoritariamente no desenvolvimento da metodologia, na construção do resumo, na versão em inglês do resumo, nas indicações de literatura especializada, na fundamentação das afirmações ao longo do texto, na atenção à formalidade textual e nas diversas melhorias de redação.

Rogério Dentello — colaborou com a elaboração da proposta inicial do artigo, no processo de investigação a partir da coleta de dados e observação, na captação de dados do Inep e do Arcu-Sul, na pesquisa sobre a performance de avaliadores, no levantamento histórico do sistema Arcu-Sul e na criação de tabelas, figuras e quadro.

Revisado por:

Paula Rafael Gonzalez Valelongo
E-mail: paulargvalelongo@hotmail.com